

A (DES)CONSTRUÇÃO ETNOCÊNTRICA DO DESENVOLVIMENTO

Cristiane Diniz Barbosa

Mestranda em Desenvolvimento Social - UNIMONTES
crisdinizb@yahoo.com.br

Luci Helena Silva Martins

Professora do Mestrado em Desenvolvimento Social – UNIMONTES
lucihelenam@yahoo.com.br

Luciana Maria Guimarães Rabelo

Mestranda em Desenvolvimento Social – UNIMONTES
lucianamgrabelo@bol.com.br

RESUMO: O presente artigo procura desmistificar o conceito etnocêntrico de desenvolvimento. Ao estabelecer uma abordagem teórica entre autores que permitem pensar a condição periférica latino-americana, buscam-se alternativas para o desenvolvimento que não seja a recorrente imposição dos países centrais. Isso permite, num segundo momento, compreender novas formas de subjetividade e ação na contemporaneidade, que sustentem novas abordagens e permitam de fato pensar num desenvolvimento a partir das experiências vivenciadas por esses países; que eles mesmos encontrem as saídas para o desenvolvimento. A proposta deste trabalho é delinear cada um desses pontos referenciados, em três seções de análises. Abre-se, assim, o caminho para a composição dos autores, o ritmo foi dado, os passos iniciam cadenciados.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento; países periféricos; etnocentrismo.

ABSTRACT: This article seeks to demystify the concept of ethnocentric development. By establishing a theoretical approach allowing authors to think of the condition peripheral Latin American alternatives are sought for development other than the applicant countries of central imposition. This allows, second, to understand new forms of subjectivity and action in the present, to support and enable new approaches actually think of a development from the experiences of these countries, they themselves are the outputs for development. The purpose of this paper is to outline each of these points referenced in three sections of analysis. It opens thus the path to the composition of the authors, the pace has been given, the cadenced steps start.

KEYWORDS: Development; peripheral countries; ethnocentrism.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado das discussões fomentadas acerca das “Teorias do Desenvolvimento”. A própria palavra “teorias” no plural já implica uma diversidade de análises. Para este estudo, especificamente, privilegiou-se um dos enfoques sobre o desenvolvimento.

Reflexões apontadas que significam um eterno *continuum* do pensamento já que a própria palavra “desenvolvimento”, etimologicamente, da raiz latina “vōlvére” (volver) significa mudar de posição ou de direção. As teorias renovam-se, assim como nossos pensamentos e a própria ideia de desenvolvimento.

Objetivando fixar esta discussão no cenário latino-americano, o intuito deste trabalho é desmistificar o conceito etnocêntrico¹ de desenvolvimento e, por conseguinte, compreender como se dá a composição, o ritmo, a cadência que harmoniza as novas formas de subjetividade e ação com o desencantamento do mundo contemporâneo.

Este artigo conta com três seções além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, busca-se desfigurar o conceito de desenvolvimento proposto pelos países centrais tomando como base teórica os escritos de Mia Couto (2011) e Hugo Achugar (2006). A segunda seção segue discutindo a perspectiva de desenvolvimento da América Latina, principalmente, a partir do século XIX fundamentando-se nas análises de José Maurício Domingues (2009). Por último, a terceira seção procura desconstruir o conceito tradicional de subjetividade ao pensar em suas novas formas na contemporaneidade. Os autores referenciados para tal discussão são Alain Touraine (1998; 2011) e Hannah Arendt (2001; 2003; 2007).

A abordagem privilegiada perpassa uma discussão conceitual sobre as “teorias do desenvolvimento”. Abre-se, assim, o caminho para a composição dos autores, o ritmo foi dado, os passos iniciam cadenciados.

¹ Entende-se etnocentrismo como tentativa de privilegiar um universo de representações como modelo em detrimento dos demais universos e culturas “diferentes”.

1. COLONIALIDADES DESCENTRADAS: DOS “SAPATOS SUJOS” AOS “PLANETAS SEM BOCA”

A verdade é uma: antes vale andar descalço do que tropeçar com os sapatos dos outros. (COUTO, 2011, p. 47)

Outros representados aqui por um centro, por uma metrópole. Outros que sempre ditaram os caminhos a serem seguidos. Mia Couto (2011), escritor moçambicano, bem sabia que era preciso deixar na soleira da porta os sapatos sujos que impediam o seu país de adentrar aos rumos do desenvolvimento.

Não somente Moçambique, mas também outras ex-colônias carregam consigo o “fardo” do subdesenvolvimento, apontando, muitas vezes, culpados e sempre na condição de vítimas. Esse é o primeiro sapato sujo elencado pelo escritor: “a ideia de que os culpados são sempre os outros e nós sempre vítimas” (Couto, 2011, p. 30). Isso é uma maneira de desresponsabilizar, a culpa é da guerra, do colonialismo, do imperialismo. Estes também têm sua parcela de culpa, mas não são os únicos culpados.

Mais sete sapatos sujos são descritos. Poderiam até ser mais, porém, segundo o autor, o número sete é um número mágico. Nesse tom é destaque o sétimo sapato que é preciso descalçar: “a ideia de que, para sermos modernos, temos que imitar os outros” (Couto, 2011, p. 42). O que é dito e pensado é sempre dito e pensado pelo outro, devendo ser seguido.

Integrante de uma nova geração de escritores, Mia Couto reflete na linguagem as contradições entre a experiência histórica, de um lado, e a visão poética, de outro. Da colonialidade moçambicana vai reconfigurando as entradas para a transnacionalidade - isto é, não só pensar em termos de “nação”, mas de “transnação”. A independência política de Moçambique, em 1975, permitiu alargar a reflexão sobre a identidade do país e o desejo incessante de desfiguração com o centro.

O país necessita de (re) descobrir o seu próprio caminho. Não existe apenas uma porta para a modernidade², aquela feita pelos outros. Cada país deve buscar a sua e cada um é responsável e carpinteiro dessa construção. Só é interessante entrar em uma modernidade em que cada um seja também construtor (Couto, 2011).

² Entende-se modernidade, nesse ponto, como vias para o desenvolvimento. A modernidade é um ideário ou visão de mundo que a partir do século XVII passa a ser perseguido. Este trabalho não objetiva esclarecer as ambiguidades que a discussão proporciona quanto às incertezas e possibilidades.

A orientação a partir da bússola dos outros nunca mostrou eficácia e mudança a favor das periferias. Entendendo aqui periferia como países fora dos grandes centros do capitalismo. É preciso inventar ou descobrir os pontos cardeais que possam orientar os caminhos das periferias. E que esses caminhos sejam descobertos por elas próprias.

Para Couto (2011), a mudança a ser operada não se limita a mais escolas, hospitais, projetos econômicos. Um ponto aqui é fundamental: uma nova atitude. Ou melhor, a palavra deve ser pronunciada no plural, pois engloba um conjunto de posturas. Se não houver mudança de atitude, não se conquistará uma condição melhor. Isso, para tanto, perpassa a visão de cada um se perceber como sujeito e “construtor de futuro”, negando aos outros o desenho da sua própria identidade.

Seguindo esse viés de desfiguração com o próprio centro, outro escritor que resiste e problematiza a condição das periferias e “subperiferias” é Hugo Achugar (2006). “Subperiferia” ou “semiperiferia” são termos utilizados pelo escritor para se referir a situação do Uruguai, periferia da periferia.

“Planetas sem boca” é uma metáfora de Achugar (2006) se referindo à carência de discurso latino-americano, daqueles que não têm boca como os planetas de Lacan. O debate proposto pelo escritor propõe repensar a questão latino-americana e a própria condição do sujeito periférico e marginalizado, que pouco fala ou balbucia.

Aspira-se desconstruir a homogeneidade do centro; esse centro que dita regras e valores que devem ser seguidos de forma impensada: “para o metropolitano globalizador não existe outro lugar além do seu lugar, outros valores além de seus valores, outro mundo além de seu mundo, e esse é o mundo que postula como válido para todos” (Achugar, 2006, p. 93). O metropolitano sempre costuma saber mais e melhor o que é bom para o periférico. Havendo, assim, sempre na periferia o desejo de conversão aos grandes centros.

Na sequência pode-se observar que

a visão do metropolitano globalizador pode levar, e de fato muitas vezes tem levado, a postular o *outro*, ou a realidade simbólica do *outro* como um fenômeno digno de um zoológico, ou como um dado necessário a suas estratégias políticas locais. O *outro*, muitas vezes, ainda que não sempre, ingressa na reflexão do metropolitano como um exercício ou como uma ocasião para comprovar que o que já foi decidido em seu laboratório é a Verdade (com maiúscula) para a periferia (Achugar, 2011, p. 93).

O outro mais uma vez. As amarras de um passado colonial ainda subestimam as periferias a alavancarem um desenvolvimento próprio. O caminho “correto” é o

caminho da metrópole. Os passos são discriminados por aqueles que já se desenvolveram. Não seguir é manter-se no subdesenvolvimento.

O trânsito é por caminhos incertos, efêmeros. Todavia, seguir caminhos predeterminados não tem feito com que as periferias compreendam o momento em que vivem. O discurso da globalização - interligação econômica, política, social e cultural em âmbito planetário - como um discurso integrador e potencializador do progresso material tem se revelado como fragmentador, como destruidor de singularidades, como fermento vivo que tem aos poucos mostrado seu poder antagônico de esvaziar-se no tempo, desmanchando fugazes esperanças. “Não é riqueza, não é valor, é fumaça” (Achugar, 2011, p. 19) o que a suposta globalização tem proporcionado para esses países. Ou dito de outra maneira, tem gerado algo bem modesto e, sobretudo, algo inconsistente e ilusório como a fumaça.

O movimento desses escritores é de resistência, não se acomodam perante o centro. Este que, sempre, estrategicamente, buscou assegurar a conquista e a manutenção do poder promovendo o sentimento de pertencimento e extensão da cultura da metrópole. A condição colonial não foi superada pela modernidade ou, como queiram, pela pós-modernidade. Não só nos escritos de arte persistem tais incongruências, mas também nas ciências.

Com todo o progresso técnico, novas tendências direcionam a arte moderna. Funda-se uma outra práxis: a política. As obras como parte da dinâmica social, sem, contudo, sobrepor a dinâmica social à arte. Para Walter Benjamin: “a tendência de uma obra literária só pode ser politicamente correta se ela também for literariamente correta”³

Estético em conexão com o político. Não sendo fora de tempo dizer que a política se inicia pelo dissenso, pela discórdia, conforme as palavras de Rancière (1996). Ou seja, na medida em que os sem-parcela reivindicam sua parte que lhes é negada. Por meio da política é possível por em causa os problemas do subdesenvolvimento, reivindicar de forma prática uma organização mais justa do social, afastando-se da homogeneidade proposta pelos grandes centros e buscando de forma concreta participar dos caminhos do desenvolvimento de seu próprio país, conforme se observou com os escritores referenciados.

³ BENJAMIN, Walter *apud* KOTHE, Flávio R. (1991).

2. A AMÉRICA LATINA E O DESENVOLVIMENTO

A localização dos escritores Mia Couto (2011) e Hugo Achugar (2006), assim como o lugar de onde falam, respectivamente, de Moçambique e do Uruguai, permitem pensar também o lugar a partir de onde se lê. Para os metropolitanos esse “balbucio” talvez será sempre fumaça. Todavia, para os países periféricos tem-se traduzido em discurso, constituído em meios para resistência e tentativas de repensar os caminhos para o desenvolvimento.

Objetivando fixar a discussão do desenvolvimento no cenário latino-americano, destaca-se este debate entre a construção do passado e a construção do futuro na “brecha” (ARENDDT, 2003) do tempo presente. Ou seja, todo discurso é “uma resposta sobre o passado e uma proposta sobre o futuro”.

Nessa “brecha” de entendimento do tempo presente costuma-se rejeitar as falsas experiências e revestir-se de novos caminhos. Essa análise também é postulada por José Maurício Domingues (2009), quando ele ressalta a importância de buscar outras alternativas, já que “a América Latina não tem sido bem-sucedida em remodelar seus sistemas produtivos para se reinserir na nova economia globalizada de modo que pudesse decolar em busca do desenvolvimento na virada do século” (Domingues, 2009, p. 77).

Domingues (2009) afirma que essa dificuldade coaduna-se com a reprodução dos estágios de desenvolvimento dos países centrais. A pura e simples reprodução não tem logrado êxito para os países periféricos. Observa-se sempre uma tentativa de modernização “de cima para baixo”. Esta imposição só tem gerado estagnação e atraso.

O autor adotando uma perspectiva histórica contextualiza o desenvolvimento da América Latina a partir, principalmente, do século XIX, dando ênfase ao período da industrialização e aos anos 1.990. Destacam-se, nesses períodos, diferenças entre alguns desses países, mas problemas bem comuns e necessidades e possibilidades. Não deixa de ser de suma importância a formação colonial desses países, já destacada nesse estudo.

Desde o início “a América Latina esteve conectada ao fluxo global de *commodities* primárias e metais preciosos (ouro e prata) que eram cruciais para o processo de acumulação do capital” (Domingues, 2009, p. 81). Sabe-se, contudo, que toda essa riqueza foi para os grandes mercados capitalistas.

No século XX, logo após a Primeira Guerra Mundial e as restrições à importação, os países latino-americanos têm lampejos de industrialização substitutiva. De forma bem tímida surge o desenvolvimento do Departamento II - meios de consumo para os trabalhadores (especialmente têxteis e comida) e bens intermediários como papel e borracha.

Posteriormente o novo modelo de 1.940 permite o desenvolvimento do Departamento I - economia de aço, indústrias mecânicas e produtos químicos, além de petróleo e eletricidade. Nesse momento faz-se presente a intervenção do estado na vida econômica.

Em 1.950, a industrialização da América Latina se desacelerou. Problemas relacionados a disparidade da distribuição de renda, baixos salários e imensa desigualdade social asseveram, ao passo que crescem questionamentos em relação aos modelos de desenvolvimento adotados em função dos países centrais. Custou caro seguir o padrão central.

A crise de 1.970 e a década perdida de 1.980 alavancaram a dificuldade dos países latino-americanos de se desenvolverem. A falta de recursos sempre crescentes, a crise da dívida e a incapacidade do estado de retomar o desenvolvimento foram fatais para a região submergir em padrões insignificantes de desenvolvimento.

A opção dos Estados Unidos em “desregular” os mercados, estratégia que emergiu após a crise de 1.970, intensifica-se nas décadas seguintes forçando os países europeus e latino-americanos a repetir os movimentos dessa potência que dominava o mercado global com firmas competitivas e poder direto sobre o restante dos países.

Chega-se a malfadada década de 1.990, com o neoliberalismo, intensas privatizações, estado recuado, economia orientada para fora e o mercado abocanhando uma parcela cada vez maior da vida econômica. Ao ponto da América Latina chegar ao começo do novo milênio com desafios intimidadores e uma problemática situação econômica e social.

Com a abertura do mercado interno à competição internacional, a América Latina mostrou-se abarrotada de produtos externos e com ínfima possibilidade para conseguir concorrer com os grandes centros do capitalismo.

Os avanços tecnológicos desencadeados em todo o mundo contribuem para submergir a região latina abaixo dos padrões preestabelecidos. A microeletrônica e a informática eram justamente os quesitos que a América Latina tem se saído muito mal. Os

níveis de investimento em Ciência e Tecnologia (C & T) e Pesquisa e Desenvolvimento (P & D) são consideravelmente muito baixos.

Problemas ligados a precarização do trabalho, superexploração e terceirização intensificam esse quadro decadente. Não sendo mais possível acreditar na utopia da modernidade. A homogeneização não se apresenta como meta possível. Não existe integração. Não existe distribuição e muito menos desenvolvimento. No início do século XXI as políticas redistributivas tentam aliviar um pouco os problemas. Tantos e vastos problemas de desigualdade e concentração de renda.

Toda essa análise é descrita por Domingues (2009) e sintetiza bem o cenário latino-americano. A colonialidade ainda se faz presente:

O estilo de vida de referência no subcontinente deriva de países – especialmente os Estados Unidos – que são cinco, seis vezes mais ricos. Esse é um problema antigo, que revela certos aspectos do que seria uma “dependência cultural”, uma vez que os padrões são imitados antes que internamente criados (Domingues, 2009, p. 119).

O desenvolvimento da América Latina, conforme análise de Domingues (2009), tem sido dificultado por essa dependência externa, pelas taxas de crescimento econômico ainda pequenas se comparadas aos países desenvolvidos e pelas constantes paradas e retomadas de crescimento. Não há um padrão consistente de acumulação e nem o capital financeiro está levando a um novo regime de crescimento. Somam-se os padrões de baixo consumo e baixo desenvolvimento tecnológico. “Impasses abundam, novos caminhos estão em falta” (Domingues, 2009, p. 125).

Para Touraine (1998), sociólogo francês que também se interessa pela América Latina, entramos no terceiro período, a baixa modernidade. No decurso das suas análises, o autor tentará responder: “qual o princípio de combinação da racionalização do mundo e da liberdade pessoal da ciência e da consciência, que irá substituir a ordem social e o desenvolvimento econômico, que perderam, ambos a sua força de integração?” (Touraine, 1998, p. 156). Esse princípio, para o autor, será o sujeito que assegura a unidade da vida social. Sobre essa mediação o próximo tópico dessa discussão problematizará tal abordagem.

Por essa via, o desenvolvimento para Touraine (1998) coaduna-se ao “aumento da capacidade de opção do maior número possível” (Touraine, 1998, p. 177); ou seja, ao aumento do leque de possibilidades disponíveis aos sujeitos em função de orientações

culturais vividas. Isso implica o respeito aos direitos culturais, que pode ser chamado também de direitos subjetivos. Acredita-se na liberdade do sujeito pessoal de definir as mudanças.

Para superar a condição de subdesenvolvimento, a América Latina precisa pensar em alternativas plausíveis. A desconstrução do conceito etnocêntrico de desenvolvimento se faz premente e uma das vias pode ser pensada pelo conceito de desenvolvimento de Touraine (1998) juntamente com a discussão referendada a seguir.

3. (INTER)SUBJETIVIDADE E AÇÃO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Touraine (1998; 2011) sugere em suas análises a ruptura dos laços sociais e a consequente ascensão do individualismo. A mudança de paradigma para ele perpassa a mudança de valores mediante a globalização que ameaça a organização social e funda uma nova maneira de inter-relacionar-se.

A modernidade passa a ser definida “pelo fato de dar fundamentos não sociais aos fatos sociais, de impor a submissão da sociedade a princípios ou a valores que, em si mesmos, não são sociais. Está aí o que causa surpresa” (Touraine, 2011, p. 86). As forças não sociais que seriam capazes de resistir. A primeira força, para o autor, é a ecologia (não é social, seria a vida e a morte do planeta); a segunda é o novo feminismo; e o terceiro, o mais decisivo, é o individualismo, que trata de definir o indivíduo de outra forma que não socialmente. Individualismo que não quer dizer egoísmo e limitação a interesses particularistas.

A relação indivíduo-sujeito é esclarecida adiante:

O **indivíduo** não passa então de uma tela pela qual se projetam desejos, necessidades, mundos imaginários fabricados pelas novas indústrias da comunicação. Esta imagem de indivíduo que já não é mais definido por grupos de pertença, que é cada vez mais enfraquecida e que não encontra garantia de sua identidade em si mesmo, pois já não é mais um princípio de unidade e é obscuramente dirigido por aquilo que escapa sua consciência, serviu muitas vezes para definir a modernidade (Touraine, 2011, p. 119).

Seguindo:

Só nos tornamos plenamente **sujeitos** quando aceitamos como nosso ideal reconhecer-nos – e fazer-nos reconhecer enquanto indivíduos – como seres individualizados, que defendem e constroem sua singularidade, e dando, através de nossos atos de resistência, um sentido a nossa existência (Touraine, 2011, p. 123)⁴.

Como se vê, o indivíduo é uma espécie de tela em branco, maleável, adaptável ao sistema, modelado socialmente. Cada indivíduo carrega em si um sujeito atuante, autocriador, aquele que se revolta, é combatente, singular, íntimo de cada ser. Ao contrário, o indivíduo é massificado e coletivizado. Touraine (1998) prefere utilizar o termo sujeito pessoal e propõe que mediante a destruição da ideia de sociedade, a ideia de sujeito pode ser construída visando “a busca de uma ação que não procure nem o lucro nem o poder nem a glória, mas que afirme a dignidade de cada ser humano e o respeito que ele merece” (Touraine, 2011, p. 102).

Ao propor a análise social a partir do sujeito, em contraposição à história, Touraine (2011) caracteriza o sujeito como crítico, singular e político; há um sujeito no fundo de cada indivíduo, o que abre um leque de possibilidades para a mudança social, entreabrindo a “brecha” entre o passado e o futuro, mediante o presente reavivado na atuação dos sujeitos.

Cada sujeito é e deve ser reconhecido como livre para se individualizar, combinando ação instrumental e identidade cultural. Implicando o reconhecimento do outro, da diversidade, da pluralidade e da sua cultura.

Etimologicamente, a palavra sujeito tem a raiz latina *subjectu*⁵ (“posto de baixo”, “submetido”) no que se refere a sua indicação na perspectiva teocêntrica. A construção da subjetividade moderna se inicia com Descartes e Hobbes incluindo “dois elementos fundamentais: a capacidade do indivíduo de se autoconhecer e definir (exemplarmente traduzidos no ‘penso, logo existo’), de um lado, e a capacidade de ação do sujeito, que o faria capaz de levar à prática suas volições, influenciando então sobre o mundo de forma ativa” (Domingues, 1999, p. 85).

⁴ Palavras em negrito, grifos nosso.

⁵ Por MOURA, Sérgio Arruda de. (2000).

Novas definições de subjetividade foram surgindo. Novos embates entre teóricos que defendem o sujeito numa perspectiva contemporânea e outros que defendem as relações prevaletentes da sociedade. A subjetividade hoje é, ao mesmo tempo, “intersubjetividade (...) retirando do homem toda a inércia, para que supere a si mesmo, tornando-se sempre, como queria Nietzsche, *aquilo que é*” (FERRAZ, 2000, p. 21).

Sujeito para Touraine (1998; 2011); cidadão para Hannah Arendt (2001), que também sugere a condição do sujeito no mundo moderno. Por essa via probante que esta teórica alemã propõe ressignificar a política e recontar a história do totalitarismo e das crises republicanas. Arendt (2001) e Touraine (1998) se recusam a reduzir a experiência humana ao domínio das necessidades e propõem a reconstrução da ação política.

Para Arendt (2001; 2007) os princípios da ação são destruídos no mundo contemporâneo, dominado pela produção e pelo consumo. Os sujeitos são transformados em indivíduos, cada vez mais massificados e destruídos enquanto seres atuantes. Todavia, a política só começa onde cessa o reino das necessidades materiais e da força física.

A condição de pluralidade permite ao homem disposição para agir e o fato de “que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isto, por sua vez, só é possível porque cada homem é singular, de sorte que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo” (Arendt, 2001, p. 191).

O principal desacordo de Touraine (1998) em relação à Arendt (2001; 2007), refere-se à absoluta superioridade que a autora dá a vida política. Todavia, ambos acreditam no poder da ação para refundar o espaço público de participação.

Tentando desconstruir o conceito tradicional de subjetividade, é possível a partir da leitura de Arendt (2001; 2003; 2007) pensar novas formas de subjetividade e ação na contemporaneidade. O sujeito, segundo a autora, é uma constituição política. Antes de adentrar a esfera pública, existe o *eu* biológico, compelido por suas necessidades e carências, reduzido a simples *animal laborans*. Somente depois de suprido as suas necessidades o sujeito adquire identidade no espaço público e, juntamente, com os outros mediante a ação e o discurso faz-se de novo único – “cada indivíduo como ser único e distinto, aparece e confirma-se no discurso e na ação” (Arendt, 2001, p. 220).

A revelação da identidade do sujeito (o “quem alguém é”) dar-se na esfera pública, através do discurso e da ação. A presença dos outros é fundamental, uma vez que “só no contexto intersubjetivo do espaço público é possível constituir a identidade”

(ORTEGA, 2001). Identidade tem a ver com aparência, é algo externo ao indivíduo, depende da existência de uma esfera pública. Só é tolerado o que é tido como relevante, digno de ser visto e ouvido, de sorte que o que é irrelevante se torna automaticamente restrito a esfera privada.

Ser apenas um reflexo dos outros, aceitando modelos de desenvolvimento dos países centrais e sem nenhuma reflexividade dos sujeitos é algo que supera a dependência econômica, beirando a dependência cultural também.

Ao pensar o desenvolvimento, entende-se que este não é questão apenas de crescimento econômico. É preciso coragem e criatividade para enfrentar os interesses do capital internacional. Ter atitude, segundo o que já foi dito por Mia Couto (2011), para andar com os próprios pés, sem receber direcionamentos externos.

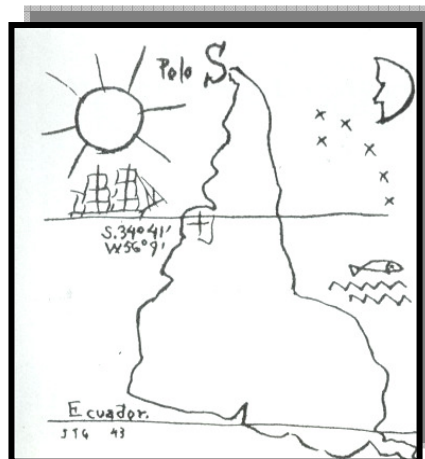
A “aculturação” promovida pelos países centrais ainda persiste nos países periféricos. Valorizar a esfera da cultura é lutar contra a dependência e impulsionar a energia popular para fazer diferente e conquistar o espaço da ação e participação na esfera pública.

Desenvolvimento, assim, implica também uma dimensão individual, atuante do sujeito e uma dimensão cultural primordial que energiza a visão de mundo desses sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões inconclusas deste trabalho não poderiam passar de fragmentos. Breves fragmentos de uma discussão que nunca se diz “terminável”, o *work in progress*, o “eterno ensaio em processo” de escritas e reescritas. Todos os autores utilizados harmonizaram os passos dessa dança. Com particularidades é claro. Cada um com desenvoltura própria. Todavia, compuseram notas que permitiram a interpretação apresentada neste estudo. A cadência agora se desacelera e abre espaço para o seu desfecho.

Uma frase sintetiza um pouco o fio condutor deste trabalho; a saber: “o nosso norte é sul”. Com arte o pintor, desenhista, escritor e professor uruguaio, Joaquín Torres García, reflete a situação periférica latino-americana. A ilustração⁶ ao lado é de sua autoria e aponta a inversão do mapa da América Latina. Para Torres García esta é uma ideia mais justa da nossa posição, “a ponta da América, a partir de agora, prolongando-se, aponta



insistentemente ao Sul, nosso norte. Igualmente nossa bússola: inclina-se de forma irremissível sempre para o sul, em direção a nosso polo (Fonte: Mapa invertido, 1943. Revista Peabiru).

A inversão retrata uma re-colocação da posição latino-americana, uma ressemantização. É uma tentativa de problematizar a dependência cultural da região latina e traçar uma nova orientação, seguir novos parâmetros. O norte da América Latina é a própria América Latina. O caminho para a independência cultural e, conseguinte, o rumo para o desenvolvimento deve ser estabelecido internamente, pelos sujeitos atuantes, livrando-se das representações que são produzidas a partir do hemisfério norte.

A produção teórica da América Latina assim como a tentativa de buscar o desenvolvimento tem que superar o “olhar distorcido”⁸ dos países centrais. Um olhar distorcido que afirma um único padrão de inserção na economia global sem levar em conta as particularidades latino-americanas:

Ser internacional não é ser universal, e para ser universal não é necessário situar-se nos centros do mundo. Inclusive pode-se ser universal ficando confinado à sua própria língua, isto é, sem ser traduzido. Não se trata de dar as costas à realidade do mundo, mas de pensá-la a partir do que somos, enriquecendo-a universalmente com as nossas ideias; e aceitando ser, desse modo, submetidos a uma crítica universalista e não propriamente europeia ou norte-americana (SANTOS, 2002, p. 52).

⁶ Em fevereiro de 1935, Joaquín Torres García, reinstalado no Uruguai deu uma conferência intitulada “A Escola do Sul” que, no ano seguinte, foi publicada e acompanhada por um mapa, onde a tradicional representação geográfica da América foi invertida. In: ACHUGAR, Hugo (2006).

⁷ GARCÍA, J. T. Ensaio “A Escola do Sul” (1935) *apud* ACHUGAR, Hugo (2006, p. 291).

⁸ Em alusão ao livro de Milton Santos (2002), **O País distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**.

Milton Santos (2002) dá o tom; instigando esses países a procurar suas próprias forças para entender o momento em que vivem e buscar suas próprias saídas para angariar o desenvolvimento. Finda-se o som; findam-se as palavras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem Boca**: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. **Entre o passado e o futuro**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. **O que é Política?** 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BENJAMIN, Walter. O autor como produtor. In: KOTHE, Flávio R. (Org.). **Walter Benjamin: sociologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991. p. 187-201.

COUTO, Mia. Os Sete Sapatos Sujos. In: COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano? E outras interinvenções**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DOMINGUES, José Maurício. **Desenvolvimento, modernidade e subjetividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol 14, n. 40. Junho 1999.

_____. **Gerações, modernidade e subjetividade coletiva**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 14(1): 67-89, maio de 2002.

_____. **A América Latina e a modernidade contemporânea**: uma interpretação sociológica. Belo Horizonte: editora UFMG, 2009.

FERRAZ, Maria Nelida Sampaio. A crise do pensamento: o sujeito na modernidade. In: Revista LOGOS da Faculdade de Comunicação Social da UERJ. **Inscrições da subjetividade**: literatura, filosofia, criação, arte, sociedade e controle. Ano 7 - n. 12 – 1. Semestre /2000.

GARCÍA, J. T. Ensaio “A Escola do Sul” (1935). In: ACHUGAR, Hugo **Planetas sem Boca**: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Tradução Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 291.

MOURA, Sérgio Arruda de. Contextos subjetivos da metalinguagem e da crítica. In: Revista LOGOS da Faculdade de Comunicação Social da UERJ. **Inscrições da subjetividade**: literatura, filosofia, criação, arte, sociedade e controle. Ano 7 - n. 12 – 1. Semestre /2000.

ORTEGA, Francisco. **Hannah Arendt, Foucault e a reinvenção do espaço público**. Trans/Form/Ação vol.24 n.1 Marília 2001.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

SANTOS, Milton. **O País distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. 4. ed. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2011.